



Democracia sem Fronteiras?

Marc Plattner é um dos autores norte-americanos que mais se tem dedicado à compreensão da democracia, tanto na sua vertente mais teórica e abstracta, como na sua dimensão mais prática.

A Democracia, como campo inesgotável de análise, tem inspirado a reflexão dos mais insígnies académicos, políticos e filósofos. Licenciado em Yale, Marc Plattner obteve o seu doutoramento em Ciência Política em Cornell, com uma dissertação acerca do *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens* de Rousseau. Para além de co-editor, desde a sua fundação em 1990, do respeitado *Journal of Democracy*, é vice-presidente para a área de estudo e investigação do National Endowment for Democracy (NED). Não obstante ser uma instituição privada, a maior parte dos seus fundos é assegurada pelo Congresso Americano, o que leva o próprio Plattner a comentar que “está dentro do tipo de organizações a que os britânicos chamam QUANGOS – Quasi Nongovernmental Institutions”. Fundado em 1983, o NED tem como principais objectivos “ajudar países em todo o mundo a fortalecerem as suas democracias ou, caso ainda não sejam democracias, a caminharem na sua direcção.”

O seu último livro, *Democracy without Borders*, é uma colecção

de ensaios escritos desde 1991, alguns dos quais para apresentação no Encontro Internacional de Estudos Políticos que há mais de uma década vem sendo organizado pelo IEP da Universidade Católica. “Ao longo dos anos tenho escrito muitos artigos sobre a democracia. Quis reuni-los num livro, agrupados por temas, para que possam ser encontrados sem dificuldade.” Inéditos, são os artigos de introdução e de conclusão.

São três, os grandes temas presentes nesta obra. Dois, são eminentemente teóricos e de importância vital para a compreensão da natureza da democracia: a relação entre democracia e liberalismo, por um lado e de democracia e globalização, por outro. O terceiro grande tópico diz respeito à progressão e perspectivas da democracia liberal no mundo.

DEMOCRACIA VERSUS LIBERALISMO

Marc Plattner trata a democracia liberal como um composto de dois elementos. O primeiro é o elemento democrático – “método que, através da regra da maioria, determina quem governa. O povo, como um todo (embora autónomo na sua escolha pessoal), elege os seus governantes”; o segundo, o elemento liberal – “forma como o poder é exercido. Significa, acima de tudo, que há fortes limites para aquilo que o governo pode fazer face aos cidadãos. Estes limites tomam a forma do estado de direito, da constituição, do respeito pelos direitos individuais.”

Ao serem distintos os seus elementos, a ligação entre democracia e liberalismo não é obrigatória, como múltiplos exemplos históricos o confirmam; lembrem-se as antigas democracias gregas ou as autocracias liberais da Europa no

séc. XIX. Tanto as democracias como as autocracias podem ser conjugadas, ou não, com o liberalismo. “Muitas vezes os dois elementos estão em harmonia, mas, noutras, estão em tensão.” Esta tensão pode observar-se nos dias actuais em numerosos países. A Venezuela e a Rússia serão, talvez, os exemplos mais notórios, onde existe a componente democrática, eleições razoavelmente livres e justas, e está ausente a componente liberal. O resultado é a centralização excessiva por parte dos governos. Com a sociedade despida de instrumentos de controlo, devido à ausência dos mecanismos propiciados pelas instituições liberais, os abusos do poder são facilitados.

Numerosos autores têm estudado este fenómeno, não obstante as colorações distintas que adquire em diferentes países, e têm-no rotulado de diversas maneiras. Se as expressões mais conhecidas são, talvez, as de “democracia eleitoral” (Larry Diamond), “democracia delegativa” (O’Donnel) e “democracia iliberal” (Zakaria), muitas outras têm sido oferecidas, como semidemocracia, autocracia competitiva, regime híbrido ou pseudodemocracia.

A decomposição da democracia liberal nas suas partes constitutivas, segundo Plattner, é concordante com aquela que Fareed Zakaria expôs no seu famoso artigo publicado pelo *Foreign Affairs*, em 1997, “The Rise of Iliberal Democracy”. Zakaria, apoiado nos relatórios anuais da Freedom House, nota que enquanto a democracia estava a prosperar, o liberalismo estagnava. O resultado manifestava-se na propagação das democracias iliberais. A conjugação democracia/iliberalismo é, sustentava Zakaria, particularmente perigosa. As democracias iliberais, pelo facto de gozarem do rótulo democrático, ganham uma legitimidade não merecida que as robustece, ao mesmo tempo que descredibilizam a verdadeira democracia. São belicosas, conduzem ao abuso do poder e à falta de liberdade. Acresce que tendem a perpetuar-se e, raramente, evoluem para uma democracia plena. Zakaria retira desta constatação duas importantes conclusões com claras implicações práticas: 1) É preferível, em autocracias, apoiar instituições liberais em vez de promover eleições; 2) A autocracia liberal é preferível à democracia iliberal.

Plattner contestou as conclusões de Zakaria nas páginas da mesma revista (artigo incluído neste livro, 4º capítulo). Questionado sobre a sua posição, afirmou-nos: “Zakaria enfatiza a disjunção entre os dois elementos da democracia liberal e não reconhece, adequadamente, as ligações que também têm. Pensa que o liberalismo é muito mais importante do que a democracia e, em termos práticos, conclui que é perigoso introduzir a democracia em países que não têm instituições liberais a funcionar, pois coloca-os no caminho da democracia iliberal, onde os direitos individuais e os direitos das minorias podem ser violados.” Já Plattner desenvolve no seu livro a tese de que para haver eleições minimamente justas têm de estar presentes certos direitos - liberdade de expressão, de associação, de reunião - que aproximam, inelutavelmente, a democracia ao liberalismo. Também o liberalismo, por sua parte, contém uma dimensão igualitária e maioritária - quando sustenta que o poder político é derivado do consentimento dos cidadãos - que o liga, também, e por sua vez, à democracia. Argumenta que apesar de haver uma distinção intelectual que se pode fazer entre li-

beralismo e democracia e de, historicamente, se encontrarem exemplos de regimes que eram liberais sem serem democráticos e também de democracias sem liberalismo, “no mundo de hoje, quase sempre os dois elementos estão ligados.”

Plattner declara, logo no início do seu livro, que “não podemos esperar usufruir do liberalismo, a não ser que esteja acompanhado da democracia.” Na sua opinião, as autocracias liberais, “não existem no mundo de hoje.” De facto, o único exemplo contemporâneo que Zakaria oferece é o de Hong-Kong. Para mostrar o irrealismo das prescrições de Zakaria, aduz-lhe um elemento convincente, também partilhado por Amartya Sen em *Democracy As A Universal Value* (1999), segundo o qual “o princípio de que todos os homens nasceram livres e iguais e que ninguém tem o direito de governar sem o seu consentimento se estendeu a todo o mundo.” Se assim é, como convencer os cidadãos de hoje da preferência dada à criação de instituições liberais sobre a realização de eleições? Como dizer aos povos que anseiam pela democracia que o tempo ainda não chegou? As autocracias liberais foram possíveis na Europa do séc. XIX, mas, hoje, fruto da difusão da ideia democrática, seriam, simplesmente, impensáveis.

Perguntámos a Marc Plattner qual seria, entre Hong Kong e a Venezuela de Chavez, o lugar onde escolheriam viver os expoentes da vontade geral - Rousseau - e do liberalismo - Locke? “Não sei se algum deles se satisfaria em qualquer desses lugares. Rousseau veria Chavez e a Venezuela, como uma variante travestida da sua noção de vontade geral. Também não teria nenhum gosto por Hong Kong, o tipo de uma sociedade comercial que desaprovava. Talvez Locke preferisse Hong Kong, mas sentiria que os direitos individuais e de propriedade não estariam seguros enquanto o povo não pudesse responsabilizar os governantes.”

DEMOCRACIA VERSUS GLOBALIZAÇÃO

Um outro tema que merece a atenção do autor e ao qual dedica quatro capítulos do seu livro, é o da relação entre globalização e democracia. A globalização, ao mesmo tempo que provocou a expansão do número de democracias e da ideia democrática, multiplicou as dependências entre estados; a necessidade de regulações supra-estaduais; o esbatimento do orgulhoso Es-

A globalização não varrerá o Estado-Nação que é mais poderoso e resiliente do que os proponentes da globalização pensam. O verdadeiro desafio reside em encontrar uma maneira na qual o Estado-Nação possa participar na necessária cooperação para fazer funcionar a economia global e a sociedade global.

tado-Nação vestefaliano e a sua erosão, tal como teorizado por Bodin. Ora, para Plattner, é precisamente aqui que se encontra a principal tensão entre democracia e globalização. “Do meu ponto de vista, a democracia tem o seu lar no Estado-Nação e não pode ser transferida para o nível internacional. A globalização tende a tornar as fronteiras menos importantes.”

Plattner distingue o multilateralismo tradicional de uma nova noção, produto da era das interdependências, a que chama o novo globalismo. Enquanto o primeiro era baseado em associações intergovernamentais e na cooperação entre estados iguais e soberanos, como proclamado na carta da ONU, “um multilateralismo saudável”, afirma, já o novo multilateralismo, “ou mais propriamente, globalismo, é uma visão que tende a ver o Estado com uma importância diminuta, se não, mesmo, em extinção”, ao contrário da versão saudável, vê como actor de primeiro plano, as instituições internacionais, que recebendo transferências de poder por parte dos estados, se vão fortalecendo.”

Plattner cita Juan Linz e Alfred Stepan: “Sem estado, não pode haver cidadania; sem cidadania, não pode haver democracia.” Na sua opinião, a ligação entre eleitores e eleitos, que é característica da democracia, é implausível a uma escala global. Acredita, no entanto, na resistência do Estado. “A globalização não varrerá o Estado-Nação que é mais poderoso e resiliente do que os proponentes da globalização pensam. O verdadeiro desafio reside em encontrar uma maneira na qual o Estado-Nação possa participar na necessária cooperação para fazer funcionar a economia global e a sociedade global.”

Uma ideia defendida por Marc Plattner – e note-se que também por John McCain durante a sua campanha presidencial – é a da constituição de uma Liga das Democracias. A era da globalização trouxe consigo uma consciência global sobre as atrocidades e violações dos direitos humanos em todo o mundo e sobre a responsabilidade que impende sobre todos em defenderem esses direitos, como o documento de Koffi Annan, *Responsibility to Protect*, expressa. Ao mesmo tempo, emerge o dilema de como conjugar esta responsabilidade com o sistema de voto do Conselho de Segurança, onde países como a Rússia ou a China podem usar o seu direito de veto “o que implica que alguns lugares em extremas dificuldades – o Darfur constitui o exemplo clássico – não consigam obter o apoio da ONU”. A solução, na opinião de Plattner, poderia passar pela associação de nações democráticas que, partilhando os mesmos valores básicos, poderiam constituir uma poderosa organização no sentido de encetar políticas concertadas. “Provavelmente, a maneira mais fácil de lá chegar



seria através de uma gradual expansão da NATO.” Acrescenta que se o choque entre democracias e não democracias se acentuar, “é concebível que as coisas evoluam nesse sentido.”

PROGRESSO DA DEMOCRACIA

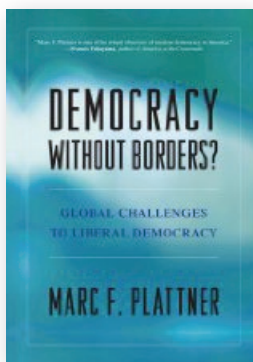
O primeiro e o último capítulo do livro são dedicados à análise da progressão da democracia liberal no mundo. Se o primeiro capítulo é escrito em tonalidades mais claras (em 1991 estávamos no início do período pós Guerra-Fria) já no último artigo, de 2007, o tom é mais sombrio. “Há um sentimento generalizado de que a sobrevivência da

democracia está hoje mais ameaçada do que alguma vez antes. Este é certamente o momento mais complicado para a democracia desde o período de 1989-1991.”

No artigo de 1991, Plattner registava o florescimento da democracia, e, com Fukuyama, verificava a ausência de uma ideologia alternativa à democracia liberal. Apontava o beco sem saída em que as autocracias se encontravam. Vítimas do seu sucesso económico – ao fortalecerem e ampliarem a classe média, a qual passava a exigir reformas políticas, casos do Chile, Taiwan e Coreia do Sul – e vítimas, também, do seu insucesso económico – vivendo em condições mediócras as populações aspiravam pela mudança de regime, casos dos países do leste europeu. Plattner afirmava que o momento democrático se estenderia pelo menos até ao fim do século.

Hoje, a democracia enfrenta verdadeiros perigos que a recente crise financeira acentuou. “Se a crise económica se instalar nos Estados Unidos e na Europa, implicará um efeito negativo na expansão das democracias, especialmente se os países não democráticos tiverem um melhor desempenho económico. O modelo de economia aberta e sistema político fechado pode passar a ser atractivo para os países em desenvolvimento. A China é a grande questão. Acredito que o seu modelo não se pode manter no longo prazo. Diria que se nos próximos dez ou quinze anos não começarem a experimentar verdadeiras dificuldades económicas o seu apelo será maior, enfraquecendo o caso para a democracia. Mas o meu palpite é que nesse período experimentarão uma crise significativa, se não mesmo, uma mudança de regime.”

Apesar de alguns retrocessos Plattner pensa que o momento democrático ainda perdura. “Se compararmos a situação actual com a dos anos 70, quando se iniciou a terceira vaga, a democracia está hoje em melhor forma. Mantém uma legitimidade global e um apelo universal. Tanto a China como a Rússia não apresentam ainda um modelo ideológico coerente que conteste a democracia; e não penso que alguma vez o terão. Há esperança para a democracia.” ●



Democracy Without Borders?

Marc F. Plattner

Rowman&Littlefield, Lexington, 2007